

17/05/2019

Para além dos muros da história

Muza Clara Chaves Velasques

[Professora de história e pesquisadora da EPSJV/Fiocruz]

Vivemos um momento de grande incerteza quanto aos rumos que a nossa sociedade irá tomar. Os caminhos apontam para o aumento de práticas autoritárias e de inspiração fascista, onde a morte de crianças e jovens negros, homens e mulheres trabalhadoras das favelas, é o resultado mais perverso e tem como responsáveis diretos, na origem, as instituições de um Estado excludente.

Discursos que carregam as mais variadas formas de preconceito (racismo, machismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, xenofobia e de classe) são propagados das confortáveis poltronas dos ministérios e de seus representantes políticos diretos e afins, perpetuando violentas práticas construídas ao longo de séculos pela nossa sociedade. Junte-se a isso, o inconformismo de grande parte da classe média brasileira, amedrontada com o que ela traduziu como os seus piores pesadelos, ou seja, as tímidas práticas de projetos sociais e de redistribuição de renda dos governos Lula e Dilma, anteriores ao golpe de 2016. Considerou como uma grande ameaça que levaria à usurpação de seus bens materiais, os seus ganhos financeiros e o fim do seu exercício de poder sobre a vida das trabalhadoras domésticas (relação que traduz de forma mais direta os preconceitos de raça e classe).

Numa confusão tremenda entre reformismo e socialismo os ódios tomaram formas diversas. Atitudes arrogantes e violentas imperaram e as urnas eleitorais refletiram resultados surpreendentes para uma direita extremada. Sem esquecer, é claro, das manipulações econômicas, políticas e ideológicas vindas das elites nacionais e internacionais empresariais, latifundiárias, de "capital religioso" e dos monopólios hegemônicos dos grandes grupos que controlam a comunicação no país (não necessariamente nessa ordem) que deram e são a base para estes tempos sombrios. Nas várias pontas desse emaranhado em que estamos enfiados, as formas de educar fomentadoras de pensamento crítico e autônomo estão ameaçadas pelas práticas do atual Ministério da Educação. O ensino público, em suas diferentes instâncias, sofre com diversas ameaças: o sucateamento pela retirada de verbas para a sua manutenção; a supressão das cotas; a perseguição de professores em sala de aula e decretos para a afirmação oficial de saberes perseguidos. E, ainda, o aniquilamento dos campos de debates da filosofia e da sociologia, acompanhado pela imposição de uma história factual, oficial e acrítica, contrariam nossa humanidade. Sem a existência desses campos de conhecimento, a compreensão do SUS, baseado nos determinantes sociais e na busca da equidade, não seria possível. A construção do que o SUS tem de mais vigoroso e revolucionário - a atenção básica -, assim como as bases para as lutas da saúde mental, principalmente a luta antimanicomial, não existiriam. Quando olhamos para as organizações de lutas dos trabalhadores, sindicatos e associações, percebemos o quanto ao longo de décadas o avanço neoliberal foi devastador. A reforma trabalhista, aprovada em 2017, aprofundou a precarização do trabalho e o fruto mais imediato disso foi a redução concreta de direitos historicamente conquistados, levando, inclusive, ao aumento do desemprego e à consequente miséria social. Diante desse quadro que nos enfraquece, entendo que a história pode fornecer à sociedade -

além do compromisso direto em sala de aula por uma educação libertadora e da participação nas lutas sociais - uma maior divulgação de seus conhecimentos mais recentes para o fim de interpretações que criam estigmas sociais e comprometem as lutas da nossa sociedade. Lembro a história dos trabalhadores que durante décadas promoveu o mito do imigrante radical. A imagem do trabalhador italiano imigrante, branco, anarquista e rebelde alimenta ainda o imaginário de boa parte dos livros didáticos e das novelas globais, recriando uma outra percepção de identidade de luta para os trabalhadores no Brasil e relegando o trabalhador escravizado ao mundo da escravidão e não no mundo do trabalho. *"O mito do imigrante radical é também um preconceito porque, entre silêncios e esquecimentos, impede que o trabalhador local (a começar pelo escravo) apareça como protagonista das lutas operárias. Figuras como a de Justino... o operário brasileiro negro [...] pintado como alheio à pregação inflamada do italiano radical, personificaram o anti-herói conformista. Enquanto Pascoal (o imigrante) desembarca pronto para lutar [...] as imagens do trabalhador estrangeiro, branco, anarquista e rebelde, assim como a do trabalhador brasileiro longe das lutas, não passam de uma representação caricata do operariado do início do século 20"* (Gomes e Negro, 2013). A maioria dos imigrantes do século XIX era de origem rural, não eram artesãos nem trabalhadores industriais. Católicos conservadores abraçavam uma identidade étnica para manter um sentido de comunidade e, muitas vezes, aceitavam trabalhos recusados pelos trabalhadores brasileiros. Em 1820, escravos e outros trabalhadores pararam a Fábrica de Pólvora Ipanema. Em 1854, cativos armados com madeiras e facas exigiram a venda de uma fábrica de velas e sabão para outro senhor. Em 1857, trabalhadores escravizados pelo Visconde de Mauá participaram de uma greve na Fábrica Ponta D'Areia (Gomes e Negro, 2013). Greves anteriores àquela que ficou conhecida como a primeira greve do Rio de Janeiro - a dos tipógrafos (1858) -, são reveladas e apresentam a relação entre trabalhadores diversos e destacam a participação, antes omitida, dos escravizados que representavam entre 1840 e 1850, quase 50% dos trabalhadores fabris na cidade. Logo, as experiências de trabalho, vida e luta compartilhadas do século XIX, que uniram trabalhadores escravizados e livres, foram fundamentais para a formação da classe operária no século XX. Como exemplo, o sindicato dos trabalhadores em trapiches de café possuía, em sua maioria, trabalhadores negros e os seus primeiros presidentes foram negros (Mattos, 2009). O convívio entre trabalhadores escravizados, africanos libertos, trabalhadores livres e imigrantes permitiu a criação de laços de solidariedade bem anteriores à abolição. Algumas associações de trabalhadores filiavam trabalhadores escravizados e utilizavam o dinheiro arrecadado entre os associados para a compra de sua liberdade. Mesmo sofrendo a repressão e proibição do governo imperial resistiram de outras formas (Mattos, 2009). Desvendar identidades historicamente construídas e silenciadas revelam rebeldia, mobilizações e protestos na luta dos escravos pela liberdade e pela vida, numa sociedade até hoje impregnada pela cultura da escravidão e racismo. Neste momento político do país redobra a responsabilidade da luta por uma história que precisa estar na resistência. Além disso, a classe trabalhadora deve atentamente não repetir os estigmas em suas práticas de luta. ■■■

■ Gomes, F. Negro, A.L. Ciência e Cultura, vol. 65, n2, 2013.

■ Mattos, M.B. Trabalhadores Escravizados e livres, 2009

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.